

INFORME **CIDADÃO**

Jornal Semanal da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Ano 3 - Edição 94

AL discute mais direitos para adoção tardia


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Edifício Gov. Dante Martins de Oliveira



**Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso**

Mesa Diretora 2011/2014
(XVII Legislatura)

Romualdo Júnior - (PMDB)
Presidente

Mauro Savi - (PR)
1º Secretário

Antonio Azambuja - (PP)
1º Vice-Presidente

Dilmar Dal'Bosco - (DEM)
2º Vice-Presidente

Luiz Marinho - (PTB)
2º Secretário

Airton Português - (PSD)
3º Secretário

Demais deputados
(XVII Legislatura)

Ademir Brunetto - (PT)
Alexandre Cesar - (PT)
Emanuel Pinheiro - (PR)
Ezequiel Fonseca - (PP)
Guilherme Maluf - (PSDB)
Hermínio J. Barreto - (PR)
José Riva - (PSD)
José Domingos Fraga - (PSD)
João Malheiros - (PR)
Neldo Egon Weirich - (PR)
Luciane Bezerra - (PSB)
Ondanir Bortolini - Nininho - (PR)
Pedro Satélite - (PSD)
Sebastião Rezende - (PR)
Teté Bezerra - (PMDB)
Wagner Ramos - (PR)
Walter Rabello - (PSD)
Zeca Viana - (PDT)

Licenciado
Baiano Filho - (PMDB)

Secretarias da Assembleia Legislativa
de Mato Grosso

Luís Márcio Pomot
Secretaria Geral

Djalma Ermenegildo
Secretaria de Administração e
Patrimônio

Maurício Munhoz
Secretaria de Serviços Legislativos

José Evangelista dos Santos
Secretaria de Planejamento,
Orçamento e Finanças

Carlos Roberto Lourençon
Secretaria de Gestão de Pessoas

Anderson Flavio De Godoi
Procurador Geral

Fabio Monteiro
Ouvidor Geral

Osmar de Carvalho
Secretaria de Comunicação

Jornal Informe Cidadão

Márcia Andreola- (DRT 647/MT)
Coordenadora de Jornalismo

Álvaro Marinho - (MTb 6457/RS)
Editor

Fabício Rodrigues (DRT 446/MT)
Gerente de Fotografia

Andrey Romeu
Direção de Arte

Índia Nara
Diagramação

Editorial

O jornal desta semana divulga ações realizadas pelos deputados e deputadas estaduais, tanto no plenário da Casa de Leis como em cidades do interior de Mato Grosso e na Capital do Estado. O deputado Hermínio J. Barreto (PR) comemorou a realização do primeiro vestibular da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) em Rondonópolis. O campus, que iniciará as aulas no segundo semestre deste ano, vai receber 10 alunos para os cursos de Letras, Jornalismo e Direito.

Neste Informe Cidadão também a preocupação da Assembleia Legislativa com a Segurança Pública. Em sessão ordinária, na semana passada, os deputados aprovaram três mensagens do Poder Executivo que fixam o efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. A votação contou com a presença de representantes das duas corporações na galeria do Plenário das Deliberações.

Como matéria de capa este informativo divulga o projeto de lei do deputado Luiz Marinho (PTB) que tem como objetivo adaptar a Lei Complementar 04, de 15 de outubro de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Estaduais, a nova Lei Nacional da Adoção (12.010 de 2009) e tornar igual a duração da licença maternidade da mãe adotante com a da mãe biológica, sem restrições quanto a idade do filho.

E, além das matérias sobre atividades desenvolvidas pelos deputados e deputadas, esta edição traz a campanha Páscoa Solidária, organizada pela Sala da Mulher da Assembleia Legislativa, que pretende envolver todos os servidores do Parlamento numa corrente de solidariedade que vai beneficiar diretamente crianças e famílias carentes de Cuiabá e Várzea Grande.

Foto da Semana

Foto - Jupirany Devillart

Ruínas da antiga igreja matriz de Vila Bela



J. Barreto comemora o primeiro vestibular da Unemat em ROO



Foto - Widson Maradona

Adriane Rangel

O líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Hermínio J. Barreto (PR), comemora a realização do primeiro vestibular da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) em Rondonópolis (225 Km de Cuiabá). A Unemat lançou edital convocando vestibular para Rondonópolis na modalidade fora de sede. O vestibular será realizado no dia 25 de maio, e são 150 vagas para os cursos de Direito, Jornalismo e Letras.

De acordo com J. Barreto, a definição da implantação da Unemat em Rondonópolis é resultado de anos de luta, que contou também com um trabalho feito em conjunto. “Busquei

juntamente com o deputado o Sebastião Rezende (PR) a efetivação do campus para Rondonópolis. O lançamento do vestibular é uma vitória para o povo de Rondonópolis, e sem dúvida a Unemat é fundamental para a educação dos rondonopolitanos”, declarou Barreto.

A decisão da reitoria da Unemat foi tomada, há poucos dias, em reunião com o governador Silval Barbosa (PMDB) e os deputados republicanos J. Barreto e Sebastião Rezende. Uma comissão da instituição deverá nos próximos dias definir o local de funcionamento dos cursos.

No início, será utilizado um local improvisado, como uma escola, e já foram apresentadas algumas opções de local, agora a comissão irá analisar qual local será escolhido

As inscrições para o vestibular tiveram início no dia 17 de março, e seguem até 20 de abril. A divulgação do local da prova será dia cinco de maio, e as provas serão aplicadas dia 25 de maio. O resultado está previsto para 18 de julho. O início das aulas seguirá o calendário universitário a ser divulgado. O valor da inscrição é de R\$ 90,00.

Serão abertas 50 vagas para o curso de Letras, com aulas no período noturno; mais 50 vagas para o curso de Direito, que terá aulas em período integral, e as outras 50 vagas para Jornalismo, cujas aulas vão ser realizadas no período noturno.

Rezende anuncia nova vitória na trincheira Santa Rosa



Foto - Widson Maradona

Itimara Figueiredo

A Trincheira Santa Rosa será fiscalizada na terça-feira, primeiro de abril, às nove da manhã, pela Comissão de Infraestrutura Urbana e Transportes (Ciut) da Assembleia Legislativa. O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, deputado Sebastião Rezende (PR), na semana passada.

Segundo ele, há denúncias de que um dos motivos de atraso nessa obra se deve a pendências de serviços de responsabilidade da CAB Cuiabá - concessionária de água e esgoto. Essa será a segunda vitória na obra. Na primeira, foi detectado que a demora na remoção de uma adutora – que abastece 60% dos bairros de Cuiabá, provocou atrasos na obra. Acompanha a Ciut nessa vitória engenheiros do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea).

Após a visita, a comissão encaminha relatório para a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo (Secopa) para cobrar providências

relativas ao prazo e a qualidade do empreendimento. No ano passado, a Ciut realizou 13 vitórias, sendo nas obras de mobilidade urbana; do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e Aeroporto Marechal Rondon. Dessas, 11 foram condenadas pelo Crea por má qualidade e/ou atrasos na execução. A remoção de adutoras e de postes foi um dos fatores responsável pelo atraso nas obras conforme apontou a Secopa.

A trincheira Santa Rosa integra o pacote de intervenções de travessia urbana, resultado de um convênio entre Governo do Estado e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Com 520 metros de extensão, a trincheira vai revitalizar o fluxo de trânsito de diversos bairros de Cuiabá, como Goiabeiras e o Santa Rosa. A pista superior da trincheira já foi liberada para o trânsito.

Obras – Convocado pela Ciut, o secretário da Secopa, Maurício Guimarães, foi sabatinado no início do mês, quando garantiu que, com exceção do VLT, todas as obras ficarão prontas para o mundial. São elas: a Arena Pantanal, o

entorno da Arena, Aeroporto Marechal Rondon, Fan Park, corredor Mário Andreazza e os dois Centros Oficiais de Treinamento (COTs), que estão na Matriz de Responsabilidade da Federação Internacional de Futebol (Fifa).

Ainda durante a sessão, Rezende pediu celeridade na tramitação do Projeto de Lei 167, de 2013, que acresce dispositivo a Lei 8.823, de 16 de janeiro de 2008, que trata da gratuidade de passagem a idoso. Autor desse projeto, Rezende explicou que a lei regulamentada em Mato Grosso não atende o direito do idoso, com desconto de 50% no valor da passagem interestadual. Lembrou que dentre outras questões, os direitos adquiridos já foram amplamente discutidos em audiências públicas nas cidades pólos de Mato Grosso. “A mobilização em todo o estado deverá sensibilizar o governo do estado em atender as prerrogativas dos idosos. Por isso, defendemos a tramitação dessa proposta”.

Feirantes temem despejo e solicitam ajustes nas obras do terminal atacadista

Raphaella Padilha

Representantes da Associação dos Permissórios Atacadistas do Bairro Verdão, em Cuiabá, reuniram-se com o secretário Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Elias Alves de Andrade, para cobrar adequações no projeto de construção do Novo Terminal Atacadista, localizado no Distrito Industrial, cujas obras de reforma tiveram início no dia 17 de março. A reunião foi mediada pelo deputado Dilmar Dal’Bosco (DEM).

De acordo com o Luciano de Souza José, presidente da associação, a área disponibilizada para o novo terminal, onde funcionava a extinta Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso (Casemat), possui 70 mil m² e destes apenas 6,4 mil m² terão estrutura física disponibilizada aos comerciantes, enquanto o Verdão conta com cerca 10,5 mil m² construídos.

“Cada atacadista tem uma necessidade específica. Existem no Verdão doze grandes distribuidores de perecíveis que necessitam de câmaras frigoríficas. Para construção desses equipamentos são necessários, no mínimo, 350 m². Padronizar o box em 70 m², como sugerido em princípio, pode prejudicar as atividades de alguns associados”, afirmou. O prazo de entrega da unidade atacadista também foi questionado pelos comerciantes. Eles exigiram do gestor a garantia de que não serão despejados antes da conclusão das obras, previstas para 60 dias.

“Tomamos ciência de uma decisão do Tribunal de Contas do Estado solicitando que a feira do Verdão estivesse desocupada nos próximos dias, o que é impossível, pois a área no distrito só foi disponibilizada pelo estado no início desse mês”, disse o presidente.

O deputado questionou se era exequível o tempo estabelecido pela Prefeitura de Cuiabá para entrega da obra, já que constam no



Foto - Widson Maradona

projeto adequações na parte física – incluindo troca de telhados, pisos, e construção de box e banheiros - hidráulica, elétrica, esgotamento sanitário, revitalização e arborização da área externa.

Ele criticou ainda a falta de compromisso da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo (Secopa) com a construção do Terminal Atacadista, explicando que o acordo inicial era que o Governo de Mato Grosso entrasse com 3,5 milhões de reais e o município com a contra-

partida de apenas 1,5 milhão.

“Infelizmente, a respeito de tudo que estamos acompanhando, o Estado não cumpriu com a obrigação, sobrecarregando a prefeitura. Esperamos apenas que a estrutura seja entregue dentro do prazo, pois estamos em meados de março e temos apenas três meses para que o local seja transformado em estacionamento da Fifa (Federação Internacional de Futebol), cobrou o deputado.

Vereadores de Aripuanã buscam melhorias para a segurança pública



Foto - Maurício Barbant

Kleberson Souza

Vereadores do município de Aripuanã (1.000 km de Cuiabá) pediram apoio do deputado José Riva (PSD), na semana passada, para obter melhorias na segurança pública da cidade.

A cidade contava com 26 policiais militares e agora possuem apenas 14, e nos últimos dias mais quatro pediram licença para fazer faculdade em Sinop. Por isso, cinco vereadores estiveram na Assembleia Legislativa para pedir o auxílio de Riva para que o quartel do município não seja fechado.

“Com apenas dez policiais, o quartel será fechado e o atendimento será apenas nas viaturas. Então, pedimos o apoio do deputado Riva para aumentar o efetivo e atender os morado-

res de Aripuanã”, explicou o vereador Audison Lima (DEM).

Após receber o pedido, o deputado Riva afirmou que intermediará junto ao secretário de Estado de Segurança Pública (Sesp), Alexandre Bustamante, e ao comandante geral da Polícia Militar, coronel Nerci Denardi, para atender a reivindicação dos vereadores.

Regularização fundiária – Além de melhorias para a segurança pública, os vereadores também pediram reunião com o deputado no assentamento Gleba Milagrosa, em Aripuanã, para tratar sobre a regularização fundiária de 300 famílias.

Na pauta de reivindicações, também contou a intermediação do deputado para uma reunião no município com o secretário de Es-

tado de Meio Ambiente (Sema), José Lacerda, para tratar sobre os projetos de manejo. “Temos projetos sem vistoria há quatro anos. Em função disso, a cidade está em crise, madeiras fecharam e pais de família estão desempregados. Por isso, pedimos ao deputado Riva, para que articule uma reunião com o titular da Sema, para debater o assunto com empresários, madeireiros e comerciantes”, explicou o vereador professor Luiz Leandro (PT). O encontro deve ocorrer no dia cinco de abril.

Além de Audison e Luiz Leandro, estiveram na Assembleia Legislativa para a reunião os vereadores Irani Rodrigues (Pros), Claudionaldo Gordinho Conselvan (DEM), Antônio Firmino (PP).

Luciane entrega Título de Cidadão Mato-grossense na AL

Diego Saporski

O evento, requerido pela deputada Luciane Bezerra (PSB), reuniu 350 pessoas entre convidados e homenageados. A parlamentar discursou sobre o empreendedorismo e a importância da educação em nossa sociedade.

“Acredito que, por meio do empreendedorismo e da educação, podemos construir as bases de uma sociedade democrática, estável, social e economicamente viável para todos. O incentivo para a educação em nosso país deveria ser a política mais importante do nosso estado”, disse a parlamentar. Emocionada com a cerimônia, Luciane revelou ao público o que sentia no momento. “É com enorme satisfação que recebo todos vocês para receber essa homenagem. Estou muito feliz e emocionada com o tamanho do evento e a quantidade de pessoas prestigiando essa cerimônia. Obrigada a todas as famílias que nos deram a honra”, disse exultante, a deputada.

O professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Sérgio Luiz Morais Magalhães, discursou sobre a educação no Estado. “Esse reconhecimento é como um estímulo para nós, educadores de Mato Grosso. É preciso ações como essa para que possamos ter mais reconhecimento em nossa sociedade”, disse o professor.

Oiran Gutierrez, que atua na área do turismo há cerca de 31 anos, discursou sobre a responsabilidade em servir a população. “Receber essa honraria, significa muito e aumenta mais a nossa responsabilidade. Ser agraciado com o título de cidadão é uma oportunidade que valorizamos muito. Todos que estão aqui também deram a sua contribuição com o desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso. Continuam servindo, cada um na sua área, com o mesmo objetivo, o crescimento de nosso Estado”.



Foto - Ronaldo Mazza

Luciane encerrou a noite com um poema bíblico, legado pelo erudito apóstolo São Paulo, sobre o amor. “Ainda que eu falasse a língua dos homens e dos anjos e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine, e ainda que tivesse o dom de profecia e conhecesse todos os mistérios e todas as ciências, e ainda que tivesse fé de maneira tal que transportasse os montes e não tivesse amor, nada seria”

Homenageados – Napoleão dos Santos, Maria Aparecida Bianchin Pacheco, Rogerio Fabian Iwankiw, Flavia Salem, Oiran Ferreira Gutierrez, Alcimar Moretti, Suleiman de Oliveira Bragança, Loide Bohrer Garmier de Araújo, Ozório Ferrarezi, Sérgio Henrique Allemand Motta, Célia Maria Domingues da Rocha Reis, José Mateus Rondina, Marlene Roseli Geron-

di Fernandes, Edson Rodrigues dos Santos, Epitácio Marques Severino, José Maria Rocha Dumont, Valdemir de Melo, Mario Sergio Cozezzi, Martinho da Costa Araújo, Elcio Alves de Andrade, Bismarck Castillo Carvalho, Paschoal Gavazza de Araujo Neto, Ronaldo Cardoso Terra, Roseli Port, Sérgio Luiz Morais Magalhães, João de Deus Guerreiro Santos, Luiz Miguel de Miranda, Alcides Teixeira da Silva, Nelson Fontanez, Paulo Irã Tiehl, Mário Aparecido Camargo, Raimundo Santos Campo, José Jonas Sguarezi, Mércia Rosan Dias Figueredo, José Nataniel Rocha Dumont, Oslair Belegante, José Norivaldo de Lima, Edinaldo de Castro e Silva, Maria Eugênia Paiva de Castro, Rosa Inês Lara, Maria do Carmo Almeida do Carmo e Clarice Caliarí Rebolla.

Azambuja incentiva a piscicultura familiar

Vânia Costa

Famílias de pequenos produtores rurais do município de Indavaí vão receber cerca de 10 mil alevinos, que serão entregues pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Sedraf). A reivindicação encaminhada ao secretário de Desenvolvimento Rural, Luiz Carlos Alécio, é de autoria do vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Antonio Azambuja (PP).

O deputado explica que no município já existem produtores rurais cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, que pretendem iniciar na atividade de piscicultura, e em um primeiro momento iniciarão com pequenas quantidades para subsistência familiar.

Ainda de acordo com o parlamentar serão beneficiadas mais de 150 famílias, que, com o recebimento desses alevinos, poderão produzir mais, obter melhoria na renda e qualidade de vida. “Essa ação tem uma importância social muito grande. Após receber os alevinos, as

famílias desenvolvem os mesmos nos tanques e depois os comercializam. Além disso, a produção ajuda na alimentação da própria comunidade”, aponta Azambuja.

Antonio Azambuja ressaltou que o pedido partiu da população e da Prefeitura Municipal de Indavaí através do secretário municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, Clóvis Dutra da Silva, e do engenheiro agrônomo Gilberto de Souza Brauno, por meio do ofício 001, de 2014.

Segundo o secretário Clóvis, esse trabalho é uma forma de ajudar no sustento de agricultores. “Dessa forma, melhoramos a alimentação desses trabalhadores e fortalecemos a piscicultura no nosso município. Agradecemos o apoio do deputado Antonio Azambuja, que tem nos ajudado”, destacou. O vice-presidente disse que vai incentivar o fortalecimento da piscicultura familiar em comunidades rurais, como uma alternativa importante para a população. Somada a essa ação vai trabalhar para conseguir equipamentos para o desenvolvimento da piscicultura e da pesca artesanal.



Foto - Fablício Rodrigues

Português faz indicações para o setor turístico de Cáceres

Cecília Gonçalves

O deputado Airton Português (PSD) indicou ao governo e a Assembleia Legislativa aprovou aquisição de recursos financeiros do Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), no montante de R\$ 25 milhões, sendo R\$ 10 milhões para a restauração das ruas e avenidas do município de Cáceres, e R\$ 15 milhões para a construção da orla do rio Paraguai.

O parlamentar defendeu que o município é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (IPHAN), reconhecida cidade turística, tanto que se encontra entre os 65 municípios indutores do turismo no Brasil. “Esses recursos são importantes para

incrementar o turismo local, e constituir uma verdadeira fonte econômica geradora de emprego e renda principalmente para a população local”, disse o deputado.

O parlamentar atende pedido do povo, por meio da vereadora Valdeníria Dutra. Airton Português também indicou ao Estado a importância de garantir atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de exames de Punção Aspirativa por Agulha Fina (PAAF), de tireóide, ou mama, biópsia de tiróide, ou próstata, cirurgia bariátrica, USG de articulações, no pólo de saúde de Cáceres. Airton Português reivindicou ainda ambulâncias para os municípios de Nova Lacerda e Lambari D'Oeste.



Foto - Fablício Rodrigues

Escolha de Neri Geller para o Mapa é destaque na AL



Foto - Ronaldo Mazza

Itimara Figueiredo

A posse do produtor rural de Mato Grosso Neri Geller, como ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), foi destaque em sessão ordinária da Assembleia Legislativa. Os deputados aprovaram moção de congratulação ao ministro e ressaltaram a experiência dele na pasta. A homenagem foi apresentada pelo deputado Emanuel Pinheiro (PR), e rece-

beu respaldo dos parlamentares.

“Neri Geller assume uma pasta em que Mato Grosso é símbolo sustentável da economia deste país”, disse Pinheiro, que também apresentou moção de congratulação à Federação da Agricultura de Mato Grosso (Famato) pela oficialização do nome do espaço Cenarium Rural, que passa a ser denominado de Home-ro Pereira. O ex-deputado federal faleceu ano passado.

Ezequiel destaca comprometimento do ministro da Agricultura

Adrielle Piovezan

O deputado Ezequiel Fonseca (PP), que participou da posse de Neri Geller, em Brasília (DF), no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), disse que o novo ministro mato-grossense é arrojado, comprometido com o Estado e um profundo conhecedor da agricultura.

“Estamos todos honrados, e o trabalho realizado por Geller tem feito a diferença. Ele é reconhecido por defender a produção e buscar melhores resultados para o setor”, destacou o líder progressista. O novo ministro assinalou que vai reforçar a participação nas principais discussões, principalmente sobre a logística, um dos principais gargalos.

“Vou me envolver pessoalmente nessa discussão, porque esse é um problema que afeta a competitividade do setor agropecuário”. Gel-

ler afirmou ainda que estará trabalhando para o fortalecimento do Plano Safra 2014/2015, e buscando ampliar a abertura de mercados para a agroindústria.

Segundo ele, o objetivo é agregar valor aos produtos, gerar mais emprego e renda, bem como o fortalecimento da economia. Neri Geller é agricultor, empresário e atuou como secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e membro do Conselho Administrativo da Companhia Nacional (Conab). Ele assumiu o Mapa no lugar do ex-ministro Antônio Andrade (PMDB/MG). Neri Geller agradeceu o apoio de toda bancada de Mato Grosso, e das entidades ligadas ao agronegócio.

Participaram do ato os senadores Blairo Maggi – licenciado (PR), Pedro Taques (PDT), Jayme Campos (DEM), José Aparecido dos Santos - Cidinho (PR), entre outros.

A deputada Teté Bezerra (PMDB) lembrou que o último representante do Estado a compor o staff da Presidência da República foi o ex-governador Dante de Oliveira. Disse que Geller tem amplo conhecimento e deverá priorizar investimentos em logística e infraestrutura. “Estamos felizes com a indicação do ministro Neri Geller. Mato Grosso está de parabéns porque após trinta anos passa a ter mais um representante no ministério”.

Os deputados José Domingos (PSD), Zeca Viana (PDT), Ondanir Bortolini – Nininho (PR) e Hermínio J. Barreto (PR) também destacaram o novo desafio de Geller frente ao Ministério da Agricultura, onde atuava como chefe da Secretaria de Política Agrícola. Conforme Domingos, as dificuldades serão muitas, especialmente, neste ano em que a safra 2013/14 não apresenta bons números e os produtores enfrentam dificuldades para colher devido ao excesso de chuvas.

Foto - Widson Maradona



Audiência pública vai discutir construções de barragens e represas



Foto - Fablicio Rodrigues

Elzis Carvalho

O município de Sinop (505 Km de Cuiabá) pode sediar, em maio, audiência pública para debater e discutir o Projeto Básico Ambiental, parecer técnico e as condicionantes – estabelecidos na Licença Prévia (LP), voltado à construção de barragens e represas para a geração de energia elétrica à região. As discussões foram propostas pelo deputado Baiano Filho (PMDB). A audiência pública está programada para ocorrer, no dia nove de maio, às 18 horas, na Câmara Municipal de Sinop.

De acordo com Baiano Filho, as discussões vêm ao encontro dos pedidos realizados pela Associação dos Municípios Impactados por Usinas Hidrelétricas do Norte Mato Grossense

(Amiu). A liberação da Licença Prévia (LP) terá validade de cinco anos, condicionado ao atendimento das solicitações contidas

“Além da Amiu, existem outras entidades e os representantes das comissões setoriais em reunião extraordinária realizada, no dia 28 de fevereiro de 2014, com o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Sinop. Depois disso, ficou definida a realização de uma audiência pública pela Assembleia Legislativa”, afirmou o parlamentar.

Conforme parecer técnico – Processo 223873/2010, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) – as populações dos municípios de Cláudia, Sorriso, Ipiranga do Norte, Itaúba e Sinop vão conhecer a viabilidade ambiental do empreendimento hidrelétrico de

Sinop. A potência instalada é de 400 MW, que será implantada no rio Teles Pires.

Para o encontro o parlamentar estendeu convite ao governador e vice-governador do Estado, secretários estaduais, vereadores e prefeitos, os representantes da Companhia Energética de Sinop S/A (SES), o secretário de Meio Ambiente. Representante do Ministério Público Federal e Estadual e do Instituto Nacional de Reforma Agrária. O parlamentar convidou ainda o Conselho Estadual de Meio Ambiente, da Agência Nacional de Energia Elétrica, da Associação dos Municípios de Mato Grosso, da Empresa de Pesquisa Energética, das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A e demais autoridades civis.

Nininho propõe estrada alternativa para Chapada dos Guimarães



Foto - Fablicio Rodrigues

Ieda Barros

O deputado Ondanir Bortolini – Nininho (PR) apresentou, em sessão plenária da Assembleia Legislativa, indicação ao Governo do Estado para criação de uma rota alternativa entre Cuiabá à Chapada dos Guimarães, pela MT-030. A rodovia ligará o rodoanel de Cuiabá até a rodovia MT-251, em Chapada. Atualmente, o deslocamento de Cuiabá à Chapada dos Guimarães é feito exclusivamente pela MT-251, um percurso de 66 quilômetros, com uso limitado, tanto pelos fatores econômicos e históricos, determinados à época de sua criação,

quanto pelo aumento das cargas rodoviárias que evoluíram além da capacidade estrutural da rodovia, danificando a pista e prejudicando a trafegabilidade.

“O que se deseja é diminuir a distância entre os dois municípios por um caminho mais curto, total de 30 quilômetros, e reto, retirando o trânsito pesado de carretas da estrada parque, até porque esse traçado está completamente fora dos limites do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, o que não implicará em impactos ambientais sobre a área de amortecimento da rodovia”, ressalta Nininho.

Essa estrada também ajudará no escoamento da safra e no recebimento de insumos

procedentes da área de influência da BR-070, nos municípios de Campo Verde, Primavera do Leste, Paranatinga, Nova Brasilândia, Novo Santo Antônio, Chapada dos Guimarães entre outros.

“Além disso, essa rota pela MT-030 servirá de alternativa para o trecho das BRs 070, 163 e 364 entre a Serra de São Vicente e Cuiabá”, reforça o parlamentar. Ainda segundo Nininho, a ideia já foi apresentada para o governador Silval Barbosa (PMDB) e para o Ministério Público Estadual (MPE) que concordaram de imediato com a proposta.

Durante folga, PM poderá permanecer armado



Foto - Ronaldo Mazza

Sid Carneiro

Um projeto de lei em avaliação na Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Walter Rabello (PSD), propõe regular os procedimentos relativos a cautela pessoal e permanente de armas de fogo e munições pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar pelos próprios integrantes da corporação. O projeto prevê que os policiais militares fiquem com as armas de serviço, mesmo no período de folga.

“O que pretendemos com a propositura é facilitar a vida dos policiais militares, quando do término do turno de trabalho, evitando que perca tempo acautelando a arma, a fim de que possa levá-la consigo”, justificou o parlamentar.

Walter Rabello explicou que o projeto tem como base o princípio da legalidade em que o administrador público está em toda a atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e as exigências do bem comum e dele não se pode afastar nem desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal.

Entende-se por cautela permanente a posse por tempo indeterminado que o policial tem da arma de fogo da corporação a que pertence, mesmo quando está fora de serviço. São requisitos a serem observados para a cautela permanente de armas pertencentes a Polícia Militar.

Será autorizada apenas a cautela de uma

arma de fogo de porte (pistola ou revolver), e o máximo de 30 munições para pistola e 15 para revolver por policial militar. É vedada a cautela de caráter permanente de armas longas (carabina, fuzil, metralhadora, escopeta e submetralhadora) pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar.

Condições – Pelo projeto o policial não pode ser portador de moléstia incurável que haja restrição do uso de arma de fogo, e a cautela pessoal de arma de fogo deverá ser suspensa mediante ato formal e escrito pela autoridade que a emitiu em qualquer uma das seguintes circunstância: ter laudo da junta médica da corporação que contenha restrição ou proibição relativa ao porte ou ao emprego de arma de fogo, enquanto perdurar tal circunstância.

O policial também terá a cautela suspensa em situação disciplinar e/ou criminal em apuração; condenação criminal pela prática de infração penal, comum ou militar, e/ou punição disciplinar, cuja natureza, pelos reflexos nos valores e princípios institucionais, acarrete repercussões na administração militar; ao militar estadual que disparar arma de fogo por imprudência ou negligência, ou que portar armamento, em serviço ou de folga, sob o efeito de álcool ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica; sair da condição de ativo (ser transferido para reserva remunerada; licenciado para interesses particulares; Licença médica, para tratamento particular ou familiar superior a trinta dias; Licenciado a Bem da Disciplina; Reformado por qualquer motivo); pelo período em que perdurar o gozo pelo militar estadual de licença para tratar de interesses particulares, licença médica para tratamento particular ou de familiar, ou de agregação para ocupar cargo ou exercer emprego ou função pública civil temporária, não eletiva até dois anos.

PCCS da carreira militar é aprovado em votação histórica na AL

Sandra Santanna

O Plano de Cargo, Carreira e Salário (PCCS) da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros foi aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa, na semana passada, com a presença de representantes das duas corporações. As três mensagens do Poder Executivo foram votadas em caráter de urgência para serem sancionadas pelo governador Silval Barbosa (PMDB) em tempo hábil. A pressa tem uma justificativa: por ser ano eleitoral, o Governo do Estado tem até quatro de abril para sancioná-las.

Para o coronel Nerci Adriano Denardi é um momento histórico para Mato Grosso e para a Polícia Militar. “Ficamos felizes pela valorização da PM e dos Bombeiros. É uma grande conquista para toda a categoria a aprovação da mensagem”, comemorou.

Compartilhou da mesma opinião, o presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e de Bombeiros Militares de Mato Grosso, Adão Martins da Silva. “A população também ganha com a reestruturação da corporação militar. É uma conquista de todos. Um grande avanço para a classe e o mais importante: as promoções, agora, serão realizadas em caráter de merecimento apenas para coronel fechado. O restante dos postos será por antiguidade”, destacou.

O presidente da Assembleia Legislativa, Romaldo Júnior (PMDB), falou sobre a importância da classe para garantir a segurança de Mato Grosso. “São mais de seis mil policiais e mais de novecentos bombeiros que trabalham durante todo o dia para salvar vidas. Parabéns a toda categoria. Essa valorização é mais que merecida”, assinalou o deputado.

Para José Riva (PSD), Mato Grosso vive um momento importante e quem ganha é todo o Estado. “Os militares vão trabalhar felizes sa-



Foto - Ronaldo Mazza

bendo que agora existe um Plano de Cargo, Carreira e Salário e a população ganha com profissionais mais dedicados e satisfeitos. Toda a classe merece parabéns e reconhecimento”, declarou.

O deputado Walter Rabello (PSD), que preside a Comissão de Segurança na Casa, ressaltou que houve empenho por parte do governador, que ouviu toda a categoria desde soldado até o comandante no desenrolar das discussões sobre a proposta. “Essa foi a primeira vez que todas as associações se reuniram e juntas definiram o que seria melhor para a categoria”, reforçou.

O deputado Pedro Satélite (PSD) manifestou o apoio aos policiais militares que têm uma contribuição histórica ao desenvolvimento do Estado. E Emanuel Pinheiro (PR) explanou que essa conquista vai estimular mais a tropa para desempenhar seu papel social.

Mensagens aprovadas – A primeira foi a

Mensagem 17, de 2014 - Projeto de Lei Complementar 13, de 2014, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Na proposta, o governo destaca que além de fixar o efetivo necessário para a instituição, o projeto vai regular como se dará a distribuição, o complemento e a ascensão funcional dos policiais militares estaduais, o que foi estabelecido através de critérios calcados em bases técnicas e operacionais, atualmente inexistentes.

A segunda Mensagem 18, de 2013, que fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A terceira Mensagem 76, de 2014, dispõe sobre os critérios e as condições que asseguram aos Oficiais e Praças da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso a ascensão na hierarquia militar, mediante promoção, de forma seletiva, gradual e sucessiva e dá outras providências.

Malheiros condecora personalidades com títulos de cidadão

Itimara Figueiredo

Dezoito personalidades que atuam em Mato Grosso serão agraciadas com título de Cidadão Mato-grossense. A homenagem, de autoria do deputado João Malheiros (PR), será realizada no Plenário das Deliberações da Assembleia Legislativa, no dia oito de maio, às 19 horas, em sessão solene.

O título é o reconhecimento pelo trabalho prestado a quem contribui para o desenvolvimento do Estado. “Uma honra oferecer o título para aqueles que fazem jus à tamanha homenagem”, disse Malheiros, ao se lembrar que, apesar de não terem nascido no Estado, merecem o reconhecimento pelas relevantes ações que fomentam o desenvolvimento econômico e social.

“A consideração figura como uma adoção

oficial, dando ao agraciado condição de conterrâneo daqueles da terra natal beneficiada por suas ações”, explicou.

O evento deverá contar com as participações de secretários de Estado, deputados estaduais e federais, senadores e autoridades civis, militares e eclesiásticas.

Confira a lista dos homenageados

Waldomiro Rosa Campos, Carlos Alberto Maas, Alexandre Elias Filho, Vandeir Luiz Ribeiro, Dora Marta Martins dos Santos, José Antônio Gonçalves Viana, Aidon Nério Teixeira, Luiz Carlos Alécio, Jacob Kaiser, Izabel Consuelo Martinez Martin, Roselaine Sguarezzi, Vicente Gerotto de Medeiros, Edilson Ribeiro da Silva, Sérgio Luiz Potrich, Magno Stefani Cezar, Elaine de Fátima Thomé Parizzi, Heitor Geraldo Reyes Osvaldo Saito, Paulosalem Pereira Gonçalves.



Foto - Mario Friedlander

Segurança será debatida em Campo Novo do Parecis

Sandra Santanna

Requerida pelo deputado Ademir Brunetto (PT), a audiência pública que irá debater a segurança pública em Campo Novo do Parecis (384 km da Capital) será, sexta-feira, quatro de abril, às nove horas, no Sindicato dos Servidores Municipais. Estarão presentes representantes da do setor, da Polícia Militar, do Serviço de Inteligência e do Corpo de Bombeiros.

A população poderá participar ativamente relatando os problemas enfrentados pela falta de segurança, e, além disso, abordando ações efetivas de repressão e prevenção no combate à violência para garantir a segurança.

Brunetto ressalta que a iniciativa de realizar a audiência pública no município partiu dos vereadores da Câmara Municipal de Campo

Novo dos Parecis, em uma ação conjunta com a associação comercial e entidades de classes.

“A exemplo da audiência que realizamos em Campo Verde, onde houve a participação popular e de lojistas que contribuíram de forma significativa e decisiva no enfrentamento à violência com novas ações, queremos repetir em Campo Novo do Parecis e nas demais cidades que enfrentam problemas com o alto índice da violência”, reforçou Brunetto.

O aumento da criminalidade e a diminuição no efetivo tanto da Polícia Civil como Militar são alguns dos fatores que levaram moradores e parlamentares do legislativo municipal a questionarem as medidas de segurança adotadas, e vão discutir alternativas para resolver os problemas com a violência.



Foto - Widson Maradona

Com apoio de Savi, Nova Brasilândia terá orquestra jovem



Foto - Mario Friedlander

Paulo Coelho

Mais de 100 adolescentes do município de Nova Brasilândia (240 Km de Cuiabá) vão aprender a tocar instrumentos musicais, como violino, violoncelo, sax, flauta, clarinete e oboé. Com o apoio cultural e social do deputado Mauro Savi (PR), foi lançada a Orquestra Jovem

de Nova Brasilândia, que vai passar a ser mais um pólo do Instituto Ciranda Música e Cidadania. O lançamento ocorreu ao ar livre e contou com uma impecável exibição da Orquestra Sinfônica Jovem de Mato Grosso, que tem a base em Cuiabá, mas que já levou o projeto para vários outros municípios, como Campo Verde e Nova Mutum.

Conforme a presidente do Projeto Reviver, Marilza Oliveira, uma entidade composta por representantes do terceiro setor, e que organizou o evento em Nova Brasilândia, a criação da orquestra no município vai transformar para sempre e de forma positiva a vida desses adolescentes.

“A apoio do deputado Mauro Savi está sendo fundamental porque precisamos de pessoas que realmente acreditem no nosso município, e aqui estamos trazendo cultura. Além disso, essa orquestra vai ajudar na formação da cidadania dos nossos adolescentes”, apontou Marilza.

O maestro e diretor do Instituto Ciranda, Murilo Alves, regeu a apresentação, apreciada por centenas de pessoas numa das principais ave-

nidas da cidade, e, didaticamente, apresentou ao público os principais instrumentos da orquestra, o que despertou a curiosidade e o primeiro contato das pessoas com equipamentos de sopro, cordas, percussão etc.

Há, conforme o maestro, componentes na orquestra que hoje já estão regendo apresentações e que entraram ainda crianças no grupo. “Hoje temos mais de mil alunos, sendo quatrocentos e cinqüenta só na sede em Cuiabá, que recebem aulas gratuitamente. O Ciranda é uma ideia, e sozinho a gente não tem possibilidade de desenvolver nada, porque não temos receita. Então, quando encontramos um parceiro como o deputado Mauro Savi, que nos cedeu o transporte, aí sim, as coisas têm como acontecer”, destacou Murilo Alves.

Segundo o vereador Eutímio de Campos (PPS), com a criação da Orquestra Jovem de Nova Brasilândia, o município não está ganhando somente na cultura, mas principalmente na área social. As aulas de música aos jovens devem começar em abril e as inscrições já podem ser feitas, gratuitamente, na Câmara Municipal de Nova Brasilândia.

José Domingos e PGE promovem mutirão em Sorriso



Foto - Widson Maradona

Bruno Barreto

Em resposta a Indicação 50, de 2014, de autoria do deputado José Domingos Fraga (PSD), a Procuradoria Geral do Estado (PGE/MT) realizou, no município de Sorriso (420 Km de Cuiabá), mutirão fiscal com finalidade de quitar, ou parcelar, débitos inscritos na dívida ativa estadual. Os atendimentos foram feitos, na semana passada, na Agência Fazendária Estadual.

Segundo José Domingos, a iniciativa foi facilitar o acesso dos contribuintes às informações e procedimentos que permitam a regularização fiscal junto à Fazenda Pública Estadual. “Sorriso foi o primeiro município escolhido para a ação itinerante da Procuradoria Geral do Estado. Vale ressaltar que o evento atendeu também moradores de localidades rurais.

Além do apoio logístico, uma equipe chefiada pelo procurador do Estado, Romes Júnior Tomaz, participou do mutirão.

Durante os três dias do evento, os créditos com fatos gerados até 31 de dezembro de 2012 foram analisados. Fraga destaca que essa foi a oportunidade para que os contribuintes pudessem quitar débitos com até 100% de descontos dos juros e multa.

Créditos tributários decorrentes, exclusivamente de multa pecuniária por descumprimento de obrigações acessórias, tiveram desconto de 80% para pagamento à vista, e parcelamento com desconto gradativo em até 84 parcelas mensais.

“Foi um sucesso e pretendo, com o apoio da Procuradoria Geral, realizar o mutirão em outros pontos do estado”, sublinhou o deputado.

Maluf destina emendas para ciclovias em Cuiabá



Foto - Fablício Rodrigues

Raoni Ricci

O deputado Guilherme Maluf (PSDB) comemorou a sanção de duas emendas que vão destinar mais de R\$ 2 milhões para a construção de ciclovias em Cuiabá, e academias ao ar livre em vários municípios. As emendas foram alocadas na Secretaria de Estado das Cidades (Secid) e no Fundo de Desenvolvimento Desportivo de Mato Grosso, respectivamente.

“Essa é a primeira vitória. Cuiabá já tem previsão de recursos para construir as ciclovias a partir da sanção dessa emenda. É o governo começando a entender que o investimento é necessário e urgente. O próximo passo agora é acompanhar e cobrar do Executivo a aplicação desses R\$ 2 milhões. Vou fazer isso até o final do meu mandato e a sociedade também pre-

cisa fazer o mesmo”, afirmou Guilherme Maluf.

O deputado lembrou que no processo eleitoral de 2012 deu atenção especial para a importância das ciclovias na Capital, e, que hoje, como deputado estadual encontrou na destinação da emenda uma forma de buscar esse avanço para a comunidade.

“Em 2012, durante a campanha para a prefeitura de Cuiabá, defendi a construção das ciclovias em Cuiabá, inclusive já nas obras que estavam em andamento, mas o tema ainda não sensibilizou as autoridades, muito menos os candidatos. As obras estão sendo entregues sem ciclovia. Um atraso desnecessário. Agora espero ajudar na correção desse erro”, ponderou Maluf.

Médico, o deputado ressaltou que as ciclovias incentivam os cidadãos à prática de espor-

tes, dando mais qualidade de vida e saúde à população. “Cuiabá está entre as dez capitais com maior índice de obesidade e que investir em ciclovias é investir em saúde pública”, disse.

A outra emenda sancionada destina R\$ 105 mil para a construção de academias ao ar livre nos municípios de Chapada dos Guimarães, Comodoro, Itiquira, Jangada, Nova Olímpia, Poconé, Pontes e Lacerda e Várzea Grande. Segundo Maluf, a iniciativa privada serviu de exemplo em várias cidades do Estado quando implantou pequenas academias ao ar livre, ofertando um espaço simples para que o cidadão possa fazer exercícios diários. “O poder público pode seguir esse exemplo. Essa emenda garante o início desse trabalho. O Executivo pode dar uma contrapartida muito maior e oferecer esse benefício”, observou.

Projeto de lei prevê mais direitos na adoção tardia



Foto - Widson Maradona

Projeto de lei complementar do deputado Luiz Marinho (PTB) apresentado, na Assembleia Legislativa, tem como objetivo adaptar a Lei Complementar 04, de 15 de outubro de

1990, que dispõe sobre o Estatuto da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Estaduais, a nova Lei Nacional da Adoção (12.010 de 2009) e tornar igual a duração da licença maternidade da mãe adotante com a da mãe biológica, sem restrições quanto a idade do filho.

Após enfrentar todo o processo de adoção, finalmente a criança vai para casa. E, então, uma nova vida cheia de desafios surge com direito a uma família, amigos e escola diferentes. Apesar disso, a criança, de acordo com nosso estatuto, de apenas um mês e em alguns casos (adoção tardia) nem tem tempo para conhecer o novo lar.

O Senado já aprovou o Projeto de Lei 7761, de 2010, que garante quatro meses de salário maternidade à mãe que adotar uma criança, independentemente da idade. A proposta altera a Lei de Benefícios da Previdência Social (8.213, de 1990). “Nada melhor e mais correto do que adequar nosso estatuto a essas leis federais, principalmente para incentivar a adoção tardia, em que os pais e o adotado têm tempo para prepararem-se à uma nova convivência familiar”, explica o parlamentar.

Em um processo de adoção, como diz a psi-

cóloga Lídia Weber, pós-doutora em Desenvolvimento Familiar, com 12 livros publicados, entre os quais “Adote com carinho: um manual de aspectos essenciais da adoção”, a conquista faz todo o sentido para as famílias que adotam crianças mais velhas. Pelo fato de já entenderem o que aconteceu têm mais receio de serem abandonadas novamente e podem demonstrar esse medo por meio de regressão, como voltar a fazer xixi na cama, ou até com comportamento violento. É como se estivessem testando os novos pais inconscientemente, necessitando, para tanto, da mesma atenção dada a um filho biológico.

O Art. 235 do Projeto de Lei Complementar estabelece que a(o) servidora(o) que adotar, ou obtiver guarda judicial de crianças e adolescentes, serão concedidos 120 dias de licença remunerada para ajustamento do adotado ao novo lar, independente da idade da criança ou do adolescente.”

Decorrido o prazo da licença, a(o) servidora(o) deverá apresentar ao órgão competente certidão judicial, atestando a permanência da adoção, ou da guarda no período correspondente, sob pena de incorrer nas sanções previstas no Art. 154, I e III.” (AC)

Teté quer informações sobre adoção em MT

Thiara Raquel Prado

A deputada Teté Bezerra (PMDB) apresentou requerimento solicitando informações ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, através da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), sobre dados estatísticos referente à adoção. No requerimento, a parlamentar quer saber quantas crianças aguardam adoção no Estado, quantas estão nas instituições de acolhimento, quantos menores foram reintegrados à família, quantos foram adotados, quantas instituições de acolhimento existem em Mato Grosso. Segundo dados da Dele-

gacia Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Dedica), um mapa divulgado no ano passado aponta um aumento significativo nos casos de violência e mortes de adolescentes. Também grande aumento das ocorrências de violência familiar, abuso sexual e trabalho infantil. “Precisamos propor políticas públicas mais eficientes para eliminarmos esse gravíssimo problema que afeta o futuro”, justifica a deputada, ao lembrar que o objetivo do requerimento é colher dados para subsidiar as propostas de políticas voltadas para essa importante parcela da população.



Foto - Fablício Rodrigues

Dia da Síndrome de Down é marcado em MT por aprovação de lei



Foto - Vilson de Jesus

Soraia Ferreira

A partir deste ano, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), que atendem pessoas com Síndrome de Down, passam a contar com 10% dos recursos arrecadados pelo Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza. O benefício foi garantido graças à sanção da Lei Complementar 527, de autoria do deputado Zeca Viana (PDT).

O parlamentar defende que o intuito é garantir a dignidade humana e os objetivos prioritários do Estado de Mato Grosso, descritos na Constituição Estadual. Em vigor desde fevereiro, a lei visa destinar os recursos às associações voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência e isto inclui, além das Apaes, as Sociedades Pestalozzi e afins. No Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado na sexta-feira, 21 de maio, o deputado destacou a aprovação da lei como um grande ganho às pessoas com deficiência e uma evolução nas

políticas públicas voltadas aos portadores da Síndrome de Down.

“Tenho percorrido a Apaes de Mato Grosso e me sensibilizei com a causa apaiana. O que posso garantir é que já presenciei cenas como falta de alimentos e de atendimento especializado. Os profissionais que trabalham nas Apaes são verdadeiros heróis”, destaca Viana.

Segundo dados da Federação das Apaes de Mato Grosso (Feapaes-MT), no Estado existem 68 Apaes, que juntas atendem mais de 10 mil pessoas com síndrome de Down. Atualmente, para atender esse universo, o Executivo estadual repassa R\$ 113 per capita/ano, em convênio de quatro parcelas. Dinheiro que, conforme disse o presidente da Feapaes, Joenete Carlos Silva, é insuficiente para atender a demanda. “As Apaes vivem de pedir ajuda à comunidade. Mato Grosso possui uma demanda de 35 a 40 mil pessoas com deficiência.

Essas pessoas estão fora das Apaes por falta de recursos. Com a aprovação da lei preten-

demo ampliar o atendimento”, disse Joenete. Para se ter ideia, em 2013, o Fundo Estadual da Pobreza arrecadou R\$ 71,1 milhões. A expectativa para 2014 é de que a arrecadação bata a casa dos R\$ 90 milhões. A distribuição do dinheiro deverá ser feita pela Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Fundo – O Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza foi criado pela Lei Complementar 144, de 22 de dezembro de 2003, e é vista na justificativa do parlamentar como uma luz para corrigir as falhas que travam a liberação de dinheiro para a manutenção dessas entidades.

Origem – O Dia Internacional da Síndrome de Down foi proposto pela Down Syndrome International como o dia 21 de março, porque essa data se escreve como 21/3 (ou 3-21), o que faz alusão à trissomia do cromossomo do 21. A primeira comemoração da data foi em 2006.

Deputado quer OSS fora da administração de hospitais regionais

Disney de Paula

Já é dada como certa a saída do Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas) da administração dos Hospitais Regionais de Colíder, Alta Floresta e do Metropolitano de Várzea Grande. A informação é do deputado Pedro Satélite (PSD).

O parlamentar se reuniu, na semana passada, com o secretário de Estado de Saúde, Jorge Lafetá, para cobrar celeridade no processo. “Apresentei ao secretário a minha preocupação em relação ao que está acontecendo na saúde pública na região norte, onde as pessoas estão sofrendo por falta de atendimento médico. Posso afirmar que na administração do Ipas o atendimento no regional de Colíder, por exemplo, piorou”, relata Satélite.

O parlamentar reconhece que o modelo de gestão de hospitais estaduais por meio de Organizações Sociais de Saúde (OSSs), implantado pelo Governo do Estado em 2011, foi uma forma de tentar melhorar a saúde pública.

“Passados três anos não houve investimento e nem tão pouco a melhora prometida, ao contrário. Falta atendimento em diversas especialidades médicas, materiais de insumos e medicamentos, sem falar nos constantes atrasos no pagamento de salários dos funcionários, ou seja, estamos regredindo”.

A decisão de romper o contrato cabe ao governador Silval Barbosa (PMDB), que deve levar em conta um levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES), nas três unidades gerenciadas pelo Ipas.



Foto - Ronaldo Mazza

Romoaldo pede redução de imposto sobre medicamentos

Itimara Figueiredo

O Governo do Estado deverá reduzir para 12% os impostos incidentes sobre fármacos, medicamentos, drogas, soros e vacinas. A proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa, na semana passada, e encaminhada para a Casa Civil, Secretaria de Fazenda (Sefaz) e Secretaria Estadual de Saúde (SES). Sob o número 245, de 2014, essa indicação também inclui produtos veterinários e cápsulas vazias para medicamentos manipulados.

O deputado Romoaldo Júnior, presidente do parlamento estadual, e autor da proposta, defende a medida como alternativa viável para tornar os medicamentos mais acessíveis. Também destaca a campanha das Associações Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma) e da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) pela desoneração desses produtos essenciais.

O presidente Romoaldo explica que a carga tributária sobre esses medicamentos no Brasil é de 34%. Em Mato Grosso, a alíquota cobrada é de 15%, conforme Decreto 392, de 30 de maio de 2011. E destaca que no Paraná a proposta já em vigor.

A área da saúde tem sido prioridade na atu-

ação do parlamentar. Ambulâncias, aparelhos de Raio X, construção de posto de atendimento básico de saúde, centros de hemodiálise e cirúrgico, implantação de clínica pública para o tratamento de jovens com dependência de álcool e drogas são propostas já solicitadas.



Foto - Vilson de Jesus

Neldo anuncia recuperação de rodovia estadual



Foto - Fablício Rodrigues

Fabiana Gil

A conclusão da licitação que vai recuperar a rodovia estadual MT-326 ligando Canarana a BR-158, que liga Barra do Garças ao Pará foi comemorada pelo deputado Neldo Weirich (PR).

A rodovia estadual foi asfaltada há cerca de 10 anos e está parcialmente destruída. Com o período de chuvas e o grande tráfego na região, com uma média de 500 caminhões por dia, os buracos aumentaram. Além do escoamento de grãos, a rodovia serve estrategicamente para transportar as 950 mil toneladas de calcário produzidas por duas indústrias na região, Calcário Roncador e Serra Dourada. Re-

centemente, moradores da região insatisfeitos com a situação, entre a MT-326 e o entroncamento com a BR-158, plantaram bananeiras nos buracos da rodovia.

“A notícia veio em boa hora, já que toda semana quando passo pela rodovia presencio inúmeros acidentes devido aos buracos”, relatou o deputado, lembrando que a cobrança era diária, por parte dos produtores, transportadoras e dos próprios moradores da região.

O trecho, que é de 38 quilômetros, apresenta trânsito com grande dificuldade. “Acredito que as obras devem iniciar logo após o período de chuvas, uma vez que já temos a licitação concluída”. O parlamentar lembrou ainda a agilidade que teve todo o processo desde a in-

dicação, “quando fizemos essa solicitação, em outubro do ano passado, pedimos celeridade e realmente aconteceu, a população pode ver que o governo, os deputados e o secretário estadual, Sinésio Oliveira, estão interessados em atender as demandas do Araguaia”.

Somente o recapeamento trará melhoria real à logística, e potencializará o desenvolvimento econômico e social da região, além da manutenção das boas condições da rodovia, bem como a sua conservação. O trecho entre Canarana e Paranatinga (MT-020) de 270 quilômetros já está licitado em oito lotes entre cinco empresas diferentes e algumas já estão operando, com 14 km de asfalto concluído.

Em MT, 97% da população em idade escolar estão matriculadas



Foto - Widson Maradona

Alline Barros

O deputado Alexandre Cesar (PT) apresentou um balanço sobre a situação da educação em Mato Grosso e apontou as melhorias conquistadas no Estado, dentre as quais a garantia de 97% da população em idade escolar matriculadas nas escolas, o que representa um total de 450 mil alunos distribuídos em 744 unidades, que contam com o engajamento de 36 mil profissionais.

O petista, que presidiu a Comissão de Educação do Poder Legislativo no ano passado, destacou ainda a dificuldade que a pasta encontra em garantir mais investimentos no setor, já que praticamente 90% do orçamento é para o pagamento da folha de pessoal, tanto de professores, técnicos e prestadores de serviços. Além de ter que arcar com os custos dos proventos de aposentados e pensionistas.

Sobre algumas reclamações feitas por outros parlamentares sobre a situação de algumas escolas em Mato Grosso, Alexandre Cesar lembrou que a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) enfrentou problemas com algumas empresas vencedoras de licitação, pois não

tiveram condições técnicas para executar as obras e algumas executaram com falhas. "Isso levou ao cancelamento de alguns certames, realização de novas licitações, seja para construção, seja para reforma, e obviamente causou um atraso", explicou.

O deputado fez questão de reforçar que a Seduc tomou as devidas providências e algumas dessas empresas foram consideradas inidôneas, ficando impedidas de contratar, por um determinado período, com a administração pública. E apesar das dificuldades, a pasta realizou ações no sentido de minimizar os impactos.

O petista faz questão de registrar alguns dados relacionados ao ensino público estadual. Ele ressaltou que a Educação Indígena saltou de 2.500 matriculados para 10 mil, além da educação no campo que tinha menos de quatro mil inscritos e hoje possuem mais de 40 mil. Até o ano de 2009 não havia nenhuma escola quilombola em Mato Grosso, e atualmente existem cinco escolas específicas para as comunidades com 2.300 alunos matriculados.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) o número saltou de 40 mil para 85 mil matricu-

lados. A Seduc também realiza um papel social atuando na ressocialização de menores infratores e reeducandos. De acordo com dados da secretaria, 22% dos que sofrem medidas de privação de liberdade recebem educação formal através da Seduc. "Há uma ação efetiva daquela secretaria para garantir a chamada ressocialização. E não há melhor caminho para ressocializar aqueles jovens que estão cumprindo medidas disciplinares e daqueles que estão com mais idade do que a educação", afirmou. De acordo com o deputado, do ponto de vista de infraestrutura escolar, da construção e reforma de novos prédios, é preciso registrar que de 2007 até o ano passado foram construídas 182 novas escolas, o que representa um investimento de R\$ 226 milhões. Foram efetuadas as reformas de 509 unidades, um investimento de R\$ 168 milhões. Também, conforme Alexandre, foram construídas 147 quadras escolares, uma aplicação de R\$ 39 milhões. Os números refletem a prioridade com que tratamos a educação em Mato Grosso.

Com relação ao transporte escolar, Alexandre Cesar informou que o investimento saltou de R\$ 20 milhões em 2006 para R\$ 57 milhões em 2013, garantindo a renovação de 70% da frota de ônibus. Esse investimento ocorreu por meio de um programa do Governo Federal, que teve participação determinante do governo do Estado.

Alexandre lembrou ainda do trabalho realizado, inclusive, com o envolvimento da Assembleia Legislativa, para garantir a valorização do profissional da educação durante a greve ocorrida no ano passado. De acordo com ele, os trabalhadores da educação têm no reajuste deste ano um ganho real de 98% no salário, no período de janeiro de 2013 até março de 2014. "Esta é uma conquista que nenhum outro estado brasileiro tem", defendeu.

Páscoa Solidária vai beneficiar crianças de creches e hospitais



Foto - Mario Friedlander

Paulo Coelho

A Sala da Mulher da Assembleia Legislativa, lançou, na semana passada, a campanha Páscoa Solidária, que pretende envolver todos os servidores do Parlamento numa corrente de solidariedade que vai beneficiar diretamente crianças e famílias carentes de Cuiabá e Várzea Grande.

Conforme a coordenadora da Sala da Mulher, Dilair Savi, a ideia é arrecadar além de chocolates, biscoitos e outros doces, brinquedos novos, ou seminovos, gibis, revistas para colorir, lápis de cor etc. Esse material arrecado vai ser distribuído nas alas infantis dos hospitais, além de creches e orfanatos.

“Nós estamos pedindo a todos os servidores

que queiram nos ajudar com brinquedos educativos, doces e chocolates e com a arrecadação, porque nós vamos fazer as doações e assim tornar a Páscoa dessas crianças mais feliz”, reforçou Dilair Savi.

A arrecadação na Assembleia Legislativa seguirá até o dia 10 de abril e a distribuição será realizada na semana da Páscoa, entre os dias 14 e 17. A Páscoa, neste ano, será comemorada no dia 20 de abril.

Dilair Savi apelou para a sensibilidade das pessoas, servidores da Assembleia, ou não, que queiram colaborar, salientando que não existe quantidade mínima e nem máxima para ajudar as crianças carentes.

“Quem puder doar uma barra de chocolate que seja, esse gesto será bem-vindo, da mes-

ma forma que também será bem-vinda a doação daquele que quiser doar caixas de chocolate ou brinquedos educativos”, apontou.

As doações poderão ser depositadas na Sala da Mulher, anexa à primeira-secretaria da Assembleia Legislativa, de segunda à sexta-feira, das oito da manhã às 17 horas, e também no setor ou secretaria do respectivo servidor/a.

“Essa é uma grande chance que temos de tornar a páscoa dessas crianças, especialmente aquelas que estão doentes nos hospitais, um pouco mais feliz, e, por isso, é que conto com a colaboração de todos os nossos servidores da Assembleia. As entidades a serem beneficiadas serão divulgadas posteriormente pela Sala da Mulher.

Wagner quer exemplos sociais da USP e da Cufa no Estado



Foto - Widson Maradona

Fernando Leal

Os deputados se preparam para votar um projeto social que possibilita a criação de oportunidades de trabalho, emprego, renda e expressão artística para os jovens de classes menos favorecidas e em situações de maior vulnerabilidade social. Já considerada ousadia alternativa de sucesso em outras regiões brasileiras, a proposta foi lançada em Mato Grosso por meio do Projeto de Lei 574, de outubro de 2012, para unir ao mesmo tempo – por meio do grafite – arte pública, educação, resgate à cidadania e recuperação urbana.

“Em seu conjunto, a medida proporciona habilidades e oferta de serviços a partir dos recursos oferecidos pela Internet. Também valoriza intervenções, comunicação visual, decoração de interiores e fachadas, criação de logotipos e ilustração digital. A ideia envolve ainda a cria-

ção de subprodutos, como camisetas, copos, jogos, quadros estilizados e pôsteres”, explicou o autor do projeto, o deputado Wagner Ramos (PR).

Segundo ele, o grafite é uma forma de manifestação artística em espaços públicos e inúmeras experiências de sucesso comprovam que todos devem reconhecê-lo e incentivá-lo oficialmente como arte. O projeto do republicano permite a utilização de viadutos e de paredes e muros públicos, de propriedade do Estado, para desenvolvimento e aplicação da arte em grafite, a partir do projeto Grafitarte.

Para Wagner, as cooperativas, as organizações não governamentais (ONGs) e os movimentos culturais interessados na utilização desses espaços deverão se habilitar pedindo a aprovação da Secretaria Estadual de Cultura. Ótimos exemplos vêm da Universidade de São Paulo (USP) e, em Mato Grosso, da a Central

Única das Favelas (Cufa), que tem representatividade influente no Estado e forte atuação nesse campo, a partir de Cuiabá.

Por sua vez, a USP foi responsável pela organização da primeira cooperativa brasileira de grafiteiros, com o objetivo de profissionalizar esses artistas. Uma das principais preocupações de Wagner, com o social, está no projeto de lei: “Em seus trabalhos, os artistas não deverão fazer qualquer alusão à violência, ao uso das drogas, ao preconceito ou a qualquer outra forma de linguagem visual ou escrita que afete a dignidade humana”.

Os projetos para os muros das escolas públicas devem ser desenvolvidos junto com as instituições e privilegiar temas pertinentes à comunidade escolar e ao interesse dos jovens aprendizes.

Emanuel faz palestra em Seminário de Combate a Tortura



Foto - Fablicio Rodrigues

Thiago Itacaramby

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso, deputado Emanuel Pinheiro (PR), foi um dos palestrantes do Seminário de Combate à Tortura de Mato Grosso. O parlamentar falou sobre o papel do Legislativo no combate à tortura. O evento foi uma realização do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Estado de Mato Grosso (CDDPH/MT), e recebe apoio da Assembleia Legislativa.

O seminário discutiu a articulação de rede para prevenir, apurar e combater a tortura em Mato Grosso. Além disso, debateu a criação da Legislação Estadual e a Criação do Comitê Estadual de Combate a Tortura.

A Secretaria de Direitos Humanos da Pre-

sidência da República (SDH/PR) lançou, em 2006, o Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura no Brasil (PAIPCT). Pinheiro é o autor do Projeto de Lei (208, de 2013), que cria o Sistema Estadual de Prevenção da Tortura e de Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (SEPT/MT); o Comitê Estadual para a Prevenção da Tortura e de Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (CEPT/MT), e o Mecanismo Estadual de Prevenção da Tortura e de Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (MEPT/MT).

O parlamentar informou que o objetivo é identificar as situações de maus tratos nos presídios, instituições de longa permanência de idosos e instituições de acolhimento de jovens em conflito com a lei. “A prevenção e combate

à tortura e os mecanismos estaduais de prevenção fazem parte dessa propositura”, esclareceu.

A motivação dessa matéria atende a compromisso internacional assumido pelo Brasil junto às Nações Unidas (ONU). A tortura e os tratamentos desumanos, ou degradantes, são expressamente proibidos pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, sendo a tortura considerada como crime hediondo, inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Além disso, outros dispositivos federais, como o Código Penal, a Lei de Execução Penal, o Código de Processo Penal e a Lei 9.455, de 1997, também proíbem essas práticas em todo o território nacional. A matéria aguarda agora apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR).